



BARREIRAS ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Luísa de Vasconcellos Lourenço¹, Nathália de Melo Silva²

¹ Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Engenharia Química/Escola de Engenharia, luisadevasconcellosl@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Fisioterapia/Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nath_melo@outlook.com

Resumo: Com este trabalho pretende-se realizar uma análise bibliográfica a respeito das principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no processo de inclusão e acessibilidade, principalmente no âmbito escolar. Além disso, tem o objetivo de reconhecer as leis criadas que visam estabelecer normas gerais e critérios básicos para garantir o direito dessas pessoas, bem como, quais ações podem ser colocadas em prática a fim de mitigar este problema.

Palavras-chave: Deficiência, acessibilidade, inclusão, barreiras.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da inclusão em todos os âmbitos da sociedade ser um direito de todo cidadão, a Pessoa com Deficiência (PCD), assim como na antiguidade, ainda sofre com o processo de exclusão social. Durante a história, os PCD foram e ainda são marginalizados e privados de liberdade, sendo alvos da falta de respeito e atitudes preconceituosas de algumas pessoas (MACIEL, 2000). É evidente que essa é uma questão complexa e que envolve vários fatores, porém passos fundamentais devem ser dados para reverter esse quadro. Por exemplo, a inclusão das PCD nas instituições de ensino, uso das mídias e redes sociais para expandir o assunto e promover educação e informações às pessoas com a finalidade de uma mudança de visão social e acatamento às legislações vigentes.

Dessa forma, a proposta deste trabalho é realizar uma revisão da literatura para levantar as principais barreiras enfrentadas pelas Pessoas com Deficiência no processo de acessibilidade e inclusão, principalmente no âmbito escolar. Além disso,





o trabalho tem como proposta levantar quais são as ações promovidas e as leis implementadas que visam a mitigação desse problema.

2. EXPOSIÇÃO DO PROBLEMA

As Pessoas com Deficiência (PCD) enfrentam diariamente desafios para conquistar seu espaço na sociedade. É válido ressaltar que, a estrutura da sociedade impossibilita as pessoas com algum tipo de deficiência de viverem de forma independente, para que possam exercer seus direitos de cidadania e participação social (DALL'AGNOL, 2017).

Levando em consideração o conceito de acessibilidade, temos que ela é uma ideia de um mundo sem obstáculos, em que o direito de ir e vir é respeitado. Além disso, a acessibilidade é essencial para garantir a qualidade de vida das pessoas e deve estar presente em todos os âmbitos sociais (MENDONÇA, 2018, p. 3). Tendo isso em mente, quando uma pessoa não tem acesso aos equipamentos urbanos, às escolas, aos postos de saúde e aos transportes públicos, ela não consegue exercer plenamente a sua cidadania (DALL'AGNOL, 2017).

Por conta disso, é muito importante que o tema acessibilidade e inclusão seja cada vez mais discutido, já que, mesmo com muitos avanços em relação ao assunto, as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ainda encontram grandes desafios para viverem plenamente em sociedade. Dessa maneira, como primeiro passo, é importante que conheçamos alguns tipos de acessibilidade e o que pode ser feito para que determinadas barreiras sejam rompidas. Tal informação está representada no esquema da figura 1.



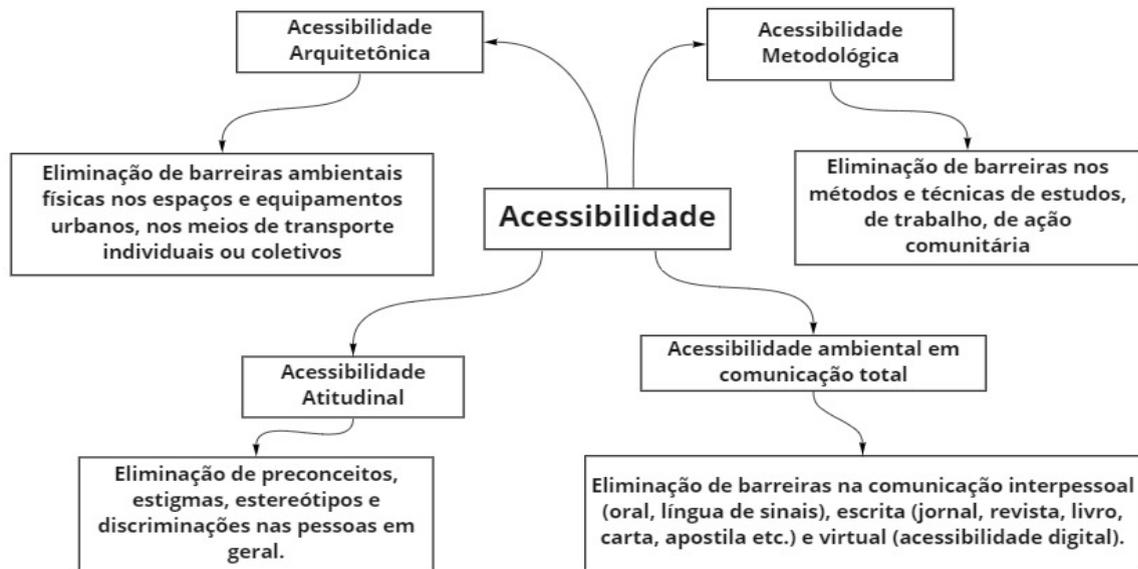


Figura 1 - Tipos de acessibilidade. Fonte: Elaborada pelas autoras com dados extraídos de MENDONÇA (2018, p. 9-10).

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da discussão, foi realizada uma revisão teórica da literatura sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no processo de acessibilidade e inclusão. A revisão das pesquisas e das discussões de outros atores permite debater a respeito do problema. Dessa forma, foram feitas pesquisas direcionadas para sites de revistas e publicações acadêmicas.

4. ANÁLISE

4.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O estudo de Mendonça (2018) traz uma reflexão a respeito da inclusão da Pessoa com Deficiência no ensino regular, tendo acesso ao ensino público de qualidade com aproveitamento das oportunidades oferecidas sem restrições e empecilhos. Por muitos anos, o ensino regular era planejado para pessoas sem nenhuma deficiência, o espaço físico não era adaptado para atender as pessoas com dificuldade de locomoção. Após a implementação de algumas leis e ações que asseguram o acesso dessas pessoas ao ensino regular, alguns paradigmas foram quebrados e hoje as escolas vêm sendo adaptadas para receber os PCD. Além das



adaptações físicas, é necessário que haja capacitação e habilitação profissional para que todo esse processo ocorra de forma natural, atendendo as necessidades de todos. Pois, além desse público conseguir chegar e se matricular nas escolas regulares, suas singularidades devem ser atendidas para que eles consigam permanecer nessas instituições.

Em concordância com o estudo de Mendonça (2018), Camargos (2011) diz em seu artigo que a acessibilidade educacional não se limita ao acesso dos alunos às escolas, mas além disso, diz respeito à sua permanência nessas instituições. Ademais, ela reflete sobre a necessidade de organizar recursos pedagógicos e estratégias para eliminar as barreiras ambientais e de comunicação, com o intuito de assegurar a acessibilidade a todos, de forma equitativa.

Vários fatores estão relacionados à garantia da acessibilidade educacional. Um deles é que cada criança apresenta suas diferenças e especificidades, e para que todas sejam alcançadas de forma igualitária e obtenham sucesso no processo de aprendizagem, diferentes abordagens e linguagens de ensino devem ser utilizadas, considerando as capacidades e potencialidades de cada uma.

Além disso, o professor tem papel importante na acessibilidade educacional para promover a inclusão escolar, pois, ela só acontece se ele se sentir incluído, se envolver com os alunos e sentir que exerce um papel ativo nesse processo. Mas infelizmente a abordagem desse tema na formação de professores ainda é deficitária, o que dificulta a constante reflexão sobre o assunto ainda no desenvolvimento da sua formação.

Para que seja alcançado o objetivo de inclusão escolar e aprendizagem de qualidade faz-se necessário uma reestruturação curricular, na qual há uma adaptação no currículo como um todo. Planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, por exemplo. Dessa forma, os alunos seriam atendidos conforme a suas necessidades e não sofreriam prejuízos no processo ensino-aprendizagem, garantindo assim a acessibilidade cognitiva.

4.2. AÇÕES PROMOVIDAS E LEIS





A Declaração Universal dos Direitos Humanos, normatizou os princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana e reconheceu alguns direitos da PCD (KOYAMA, 2017). A Constituição Federal de 1988 trouxe as primeiras garantias de vida digna e direito à igualdade para esse público. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi um grande marco na vida dessas pessoas, pois ela reconheceu a necessidade de promover e proteger os direitos de todas as pessoas com deficiência e além disso, foi importante para impulsionar a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, em 2015 foi sancionada a Lei 13.146, que compõe o Estatuto, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (KOYAMA, 2017). Essa lei trouxe muitos avanços no que diz respeito à deficiência, pois ela define importantes conceitos relacionados à temática, como, o reconhecimento da deficiência ser a interação de fatores pessoais e sociais, estabelecendo o conceito biopsicossocial da deficiência.

5. CONCLUSÃO

Embora a inclusão em todos os âmbitos sociais seja um direito de todos, a Pessoa com Deficiência ainda sofre com o processo de exclusão, inclusive nos espaços educacionais. Após a implementação de leis e ações que asseguram o direito de acessibilidade a essa população, alguns paradigmas foram quebrados, mas ainda é um assunto que necessita ser amplamente difundido, para que os PCD além de alcançar os espaços consigam permanecer neles. Todo o processo de educação inclusiva é desafiador e envolve diferentes questões e sujeitos, como, pais, crianças, professores e gestores. E para que ele aconteça de forma efetiva, cada um deve entender o seu papel e sua contribuição para que o objetivo maior seja alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





CAMARGOS, Renata Gomes. **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5594_3009.pdf. Acesso em 24 de Novembro de 2021.

Conselho Regional de Psicologia - São Paulo. Página disponível em: <https://crpsp.org/noticia/view/2550/6-de-julho-5-anos-da-lei-brasileira-de-inclusao-d-a-pessoa-com-deficiencia-lbi#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.146%2C%20camada,6%20de%20julho%20de%202015.>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2022.

DALL'AGNOL, T.A.C; **A importância da acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência.** Diário da inclusão social, 2017. Disponível em <https://diariodainclusaosocial.com/2017/11/07/a-importancia-da-acessibilidade-para-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/> Acesso em: 17 de nov. 2021.

DOS SANTOS MENDONÇA, Ana Abadia. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE.** Anais do V Seminário de Pós-Graduação – V SIMPÓS. V.5, 2018. Disponível em: <https://iftm.edu.br/simpos/2018/anais/668-%20Pronto%20ANAIS.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

KOYAMA, Tanise Zago; SILVIA, Karlison Daniel Souza da. Os reflexos da lei 13.146/2015–Estatuto da Pessoa com Deficiência–no sistema jurídico brasileiro. **Meritum. Belo Horizonte**, v. 12, n. 1, p. 86-85, 2017. Disponível em : <https://www.camarainclusao.com.br/artigos/os-reflexos-da-lei-13-1462015-estatuto-d-a-pessoa-com-deficiencia-no-sistema-juridico-brasileiro/>

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social.** São Paulo em perspectiva, v. 14, p. 51-56, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGijkDQdLFgxJmg/?lang=pt>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

